

**Metodologia
da monografia jurídica**
Sílvia M. L. Mota



Centro de Pesquisa Jurídica SÍLVIA MOTA
CENPESJUR - 2016

Metodologia da monografia jurídica

Sílvia M. L. Mota
CENTRO DE PESQUISA JURÍDICA SÍLVIA MOTA
2016

©2016 Sílvia M. L. Mota

Reservados os direitos de propriedade desta edição.

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, sob qualquer forma, sem prévia autorização da administração do Portal Sociocultural Poetas e Escritores do Amor e da Paz, por escrito.

Conforme a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, o titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada, poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102). Quem editar obra literária, artística ou científica, sem autorização do titular, perderá para este os exemplares que se apreenderem e pagará-lhe-á o preço dos que tiver vendido (art. 103). Não se conhecendo o número de exemplares que constituem a edição fraudulenta, pagará o transgressor o valor de três mil exemplares, além dos apreendidos (parágrafo único do art. 103). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104).

SÍLVIA M. L. MOTA

Endereço eletrônico: silviamota@silviamota.com.br

Endereço na Internet: <http://www.silviamota.com.br>

Metodologia da monografia

NOÇÕES CONCEITUAIS

A monografia jurídica é um texto científico e, como tal, instrumento de divulgação do conhecimento. Destina-se a um universo de leitores específicos. Sua finalidade é apresentar ideias novas e originais. Aos temas corriqueiros, sugere nova problematização. Conseqüentemente, exibirá análise por ângulo ou referencial ainda não explorados, carentes de pesquisa ou elucidação mais elaboradas. É necessário integrar, de forma diferenciada, conhecimentos até então postos isoladamente e de forma superficial.

EXTENSÃO

A monografia será apresentada em 40 folhas, no mínimo. Cada instituição fará suas exigências.

LINGUAGEM

Por mais que seja privilegiado o estilo próprio de cada pessoa, não se deve descuidar de alguns aspectos fundamentais exaltados por Salomon (1996, p. 252):

- a) a correção gramatical: convém sempre solicitar a contribuição de um conhecedor da língua e da gramática;
- b) exposição clara, concisa, objetiva, condizente com a redação científica;
- c) cuidado em evitar períodos extensos;
- d) preocupação em redigir com um estilo que capaz de equilibrar a simplicidade com o movimento, evitando o colóquio excessivamente familiar e vulgar, a ironia causticante, os recursos retóricos;
- e) linguagem direta;
- f) precisão e vigor com o vocabulário técnico, sem cair no hermetismo.

Além desses aspectos, deve-se alertar para:

- a) abrir parágrafos com frequência;
- b) escrever o que vier à mente, mas apenas em rascunhos;

- c) definir sempre um termo ao introduzi-lo pela primeira vez;
- d) nunca usar artigo antes de nome próprio, por exemplo: o Washington Monteiro de Barros, a Maria Helena Diniz.
- e) não aporuguesar jamais nomes próprios estrangeiros, por exemplo, deve-se usar: Jean-Paul Sartre e não João Paulo Sartre. Permite-se aporuguesar os sobrenomes estrangeiros, em caso de tradição consagrada, como por exemplo: Lutero, Confúcio, Santo Tomás de Aquino.

A coerência é um aspecto de imprescindível para a eficiência de uma redação de cunho científico. Significa falta de contradição. Um texto deve ser, todo ele, compatível com o objetivo do redator, e todas as suas partes devem ser harmônicas entre si.

A consistência dos argumentos deverá prevalecer de tal forma que o pensamento do autor não sucumba frente aos embates intelectuais daquele que o contesta.

A escrita científica deve ser objetiva, mostrar a realidade como ela é, desconectando-se dos pensamentos arbitrários, carregados de subjetividade, fruto de pensamentos solitários, alheios às necessidades da ciência.

Redigir envolve um número infundável de opções pessoais, tais a expressão das ideias por intermédio de palavras elegantes, estruturas frasais bem delineadas e exposição de exemplos condizentes com o discurso. As interpretações devem ser cuidadosas até o final do trabalho, a fim de evitar entendimentos superficiais e perigosamente apressados, que darão origem a uma redação lacunosa, omissa, e, não raro, equivocada.

O uso da terceira pessoa do singular e da voz passiva é aconselhado na linguagem científica que deve ser, o mais possível, despersonalizada. No que condiz ao tempo do verbo, a conclusão ou o relatório final são redigidos no passado, admitindo-se igualmente, o presente, quando adequado. No projeto de pesquisa emprega-se o tempo futuro, pois o texto diz respeito às intenções do autor e não a fatos já consumados.

Para melhor compreensão do leitor os períodos devem ser curtos, mas isto não significa nutrir-se do estilo telegráfico. Diligente é a redação que mantém a harmonia entre um texto breve e outro mais longo, num linguajar elegante, objetivo e claro, divorciado da

expressão pobre ou da excessiva qualificação, impróprios ao discurso científico. Importa a compreensão fácil de cada período, sem que o leitor necessite ficar num vai-e-vem, reportando-se a todo o momento a tópicos anteriores. Esta diretriz estende-se à formulação dos parágrafos quanto à sua extensão. Não se deve conter o pensamento no momento da redação, mas, sendo a matéria por demais extensa deve-se reformulá-la, diminuindo os parágrafos, tornando-os mais fáceis de serem compreendidos, além de promover esteticamente um maior conforto e deleite ao olhar do leitor.

Os princípios aqui apresentados não pretendem estabelecer uma rigidez na escrita, a ponto de sufocarem o estilo de cada um. Não asseguram, também, sucesso quanto à qualidade da redação, da mesma forma que o conhecimento de regras gramaticais não garante uma boa comunicação. Tudo depende de profícuo e exaustivo exercício diário. Embora seja mola propulsora da inquietude intelectual, não se escreve um pensamento científico num rompante de paixão, instintivamente. Ao contrário, ordena-se empregar dádioso processo racional.

ESTRUTURA DA MONOGRAFIA

Identificação do trabalho científico

O título do trabalho, o nome do autor, suas credenciais e locais de trabalho, normalmente aparecem no topo do trabalho. Às vezes, os dois últimos são colocados em nota de rodapé ou ao final do artigo, após as referências. A apresentação ocorrerá segundo as regras da ABNT e de acordo com as diretrizes das universidades.

Epígrafe

Elemento facultativo, que expressa um pensamento alusivo ao conteúdo central do artigo.

Resumo e Abstract com Descritores

Corresponde a uma ementa – uma síntese do trabalho - e pode vir entre o título e o texto. Deve conter a proposta de estudo que foi desenvolvida no artigo científico. É um bloco único, sem parágrafos, com espaço simples, em torno de 350 palavras. Abaixo do

resumo, serão apresentados os descritores: palavras características do tema que servem para indexar o artigo – utilizar até cinco palavras.

Introdução

A introdução ou exórdio é o começo do discurso, a enunciação da ideia-chave, indicando a tese a ser postulada (status quaestionis). É o anúncio do tema. Objetiva captar a reverência do leitor, seduzindo-o, com o objetivo de fazê-lo adentrar no desenvolvimento do trabalho. Deve-se, neste momento: definir o assunto que vai ser tratado, situando-o no tempo e no espaço; restringir o assunto através da tematização; problematizar, particularizando as questões levantadas; estabelecer os objetivos gerais e específicos do trabalho; indicar a contribuição que tal abordagem traz para a sociedade e para o ser humano considerado na sua individualidade; explicitar a metodologia de busca e solução do problema; anunciar a estruturação do trabalho. A introdução deve ser coerente com o desenvolvimento e não deve conter nada que não seja abordado no trabalho, mantendo-se em harmonia com a conclusão do texto. Embora se constitua na primeira parte do texto que entrará em contato com o leitor, é a última a ser elaborada, posto que só se pode introduzir algo se este algo já existe.

Desenvolvimento

O desenvolvimento compreende dois momentos: a explanação das ideias e sua demonstração. No discurso jurídico, caracteriza-se como o momento em que se traz as provas comprobatórias. É, pois, a exposição requintada do que foi anunciado na introdução, além da fundamentação cuidadosa e lógica das ideias em estudo. Propõe o que vai provar; em seguida explica, discute e demonstra. As proposições se sucedem dentro de um encadeamento que persegue a etapa final, a conclusão. Costuma ser dividido em partes e entre estas e o todo do trabalho deve existir um liame a garantir um encadeamento lógico das ideias. A divisão e a subdivisão do desenvolvimento são eficazes no processo de comunicação do autor com o leitor. De modo geral, o desenvolvimento de uma monografia divide-se em três capítulos, não devendo exceder cinco capítulos.

Conclusão

A conclusão ou peroração é a parte final do discurso, a síntese do que foi apreendido. É o corolário do discurso. Significa encerrar uma etapa, abrindo o pensamento do leitor para

novas propostas e sugestões para estudos futuros. Alguns elementos estruturais carecem de observação, no sentido de que o ápice aqui especificado se concretize. É necessário recapitular as inferências e consequências atingidas ao longo da busca. A partir desse procedimento, há um regresso à introdução. Estabelece-se um movimento circular. O leitor tem a impressão de estar diante de um sistema harmônico, conclusivo em si mesmo. É possível ler esta parte do trabalho e saber a ideia geral do autor, sem ler nenhuma parte isolada do trabalho. Deve-se, pois, transmitir de modo resumido, mas pleno de significado, tudo o que na obra tem maior relevo. É fundamental que a conclusão esteja relacionada com os objetivos perseguidos e com as questões levantadas, cuidando o autor, no entanto, de não introduzir nenhum elemento novo, não discutido no corpo do trabalho. Sendo a última parte, é também o momento de o autor assumir um posicionamento integral. No âmbito jurídico o juiz, na conclusão de uma sentença, absolve ou condena. Não comporta títulos, nem subtítulos, salvo a palavra conclusão. Não ampara também nenhuma divisão nem subdivisão.

Referências

A lista de referências é a parte final e essencial de qualquer trabalho científico. Sua finalidade é colocar à disposição do leitor indicativos precisos e detalhados a respeito de todas as fontes bibliográficas e/ou documentais utilizadas na elaboração da obra. As referências dos documentos consultados e citados no corpo do trabalho devem ser organizadas de acordo com as normas da ABNT.